



Plenário deve analisar voto aberto no Legislativo

Deve começar amanhã a análise da PEC 43/2013, que proíbe todo tipo de votação secreta nas Casas do Legislativo. Adiada na semana passada, ainda não há acordo sobre a proposta, mas o presidente do Senado, Renan Calheiros, promete colocá-la em votação. Outras duas PECs, a do orçamento impositivo e a do trabalho escravo, também devem movimentar o Plenário nesta semana. **3**

Moreira Manz/Agência Senado



Senadores começam a semana com três emendas constitucionais na pauta de votação do Plenário

Servidores públicos estão mais qualificados

Levantamentos recentes mostram aumento da escolaridade e também da participação de mulheres nos quadros funcionais dos órgãos públicos. Adoção do concurso público como forma de ingresso permitiu a seleção de servidores mais preparados, o que tem ajudado a administração pública a ser mais gerencial e menos burocrática. **4 e 5**



Divulgação/SE

Candidatos chegam para fazer prova de concurso público: regra de contratação vem mudando o perfil do funcionalismo

Novembro Azul alerta para câncer de próstata

Congresso ganha iluminação especial e faz hoje sessão solene para campanha de conscientização sobre a importância da prevenção. **Jornal do Senado** adere ao movimento estampando laço azul no cabeçalho durante todo o mês. **2**

Audiência debate fundos de pensão e dignidade das pessoas **6**

Simon e Taques cobram medidas contra ações de *black blocs* **7**

Mozarildo quer acordo sobre cidades-gêmeas na fronteira **3**

Gurgacz lamenta atraso em obra por falta de licenciamento **3**

Requião usa ditos populares para criticar governo federal **7**

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

É fácil ficar sabendo



O SIC oferece atendimento presencial aos cidadãos que solicitam informação com base na Lei de Acesso à Informação. O serviço é realizado de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h30, no Senado Federal – Anexo II – Bloco B, 1º andar.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

www.senado.leg.br/transparencia



Congresso homenageia movimento Novembro Azul

Além de sessão solene hoje, prédios do Senado e da Câmara receberão iluminação especial para lembrar adesão à campanha nacional de conscientização sobre a prevenção do câncer de próstata

O CONGRESSO NACIONAL reúne-se hoje às 17h, no Plenário do Senado, para homenagear o movimento Novembro Azul e a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU). Os prédios da Câmara e do Senado receberão iluminação especial na cor azul para marcar a adesão à campanha, que chama a atenção para a luta contra o câncer de



próstata, promovida pela Sociedade Brasileira de Urologia.

— É muito importante que a gente mostre aos homens que eles têm que se cuidar. É muito comum o câncer de próstata, mas tem também o de pulmão — disse Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que é médico.

No Brasil, o câncer de próstata faz mais vítimas

que o de mama. Só em 2012, 60 mil novos casos da doença surgiram no Brasil, disse Ana Amélia (PP-RS).

De acordo com o presidente da SBU, Aguinaldo Nardi, cerca de 30% dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) são diagnosticados com a doença já em estágio avançado. Se forem descobertos no início, 90% dos casos são curáveis.

— Um a cada 6 homens terá câncer de próstata e um a cada 36 morrerá da doença — afirmou Nardi.

(Com Agência Câmara)

Juristas debatem novo Código Comercial

A comissão de juristas responsável pela elaboração de um anteprojeto para o novo Código Comercial ouviu hoje os professores Clovis Malcher e Marcelo Guedes Nunes, especialistas em direito comercial. A reunião vai também colocar em votação destaques à minuta do anteprojeto

submetida à consulta pública, que reuniu mais de 400 manifestações pelo Portal e-Cidadania.

Formada por 19 juristas e presidida pelo ministro João Otávio Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a comissão iniciou os trabalhos em 7 de maio de 2013.

Segundo o relator do anteprojeto, Fábio Ulhoa, o novo Código Comercial tem como objetivos modernizar a legislação empresarial, simplificar o dia a dia das empresas, melhorar o ambiente de negócios no Brasil e reduzir as hipóteses em que a Justiça possa alterar os contratos.

Comissão discute planos de satélite brasileiro

O planejamento do primeiro satélite brasileiro será discutido hoje em audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no ciclo Telecomunicações: governança, desafios operacionais, segurança e visão de futuro. Foram convidados Artur Coimbra, diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações; Caio Cezar Bonilha Rodrigues, presidente da Telebras; e o capitão de mar e guerra Fabio Martins Raymundo da Silva, representando o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Em 2 de outubro, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, comentou no ciclo os planos do governo para construção do satélite, a ser lançado em 2016. O debate faz parte da agenda 2013-2014 da Comissão de Serviços de Infraestrutura que discute o tema "Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país".

Novo colegiado vai fiscalizar obras da Copa

Será instalada amanhã a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano e, em seguida, os integrantes escolherão o presidente e o vice do colegiado.

Criada no início do ano a pedido de Inácio Arruda (PCdoB-CE), a subcomissão vai debater a infraestrutura urbana, sobretudo as obras de mobilidade urbana para a Copa de 2014. Na época, Inácio destacou a importância da fiscalização dos recursos na Copa e de outras obras de infraestrutura urbana.

A subcomissão funcionará no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).



Inácio quer acompanhar obras de infraestrutura

Projeto evita multas nas telecomunicações

Multas por irregularidades em serviços de telecomunicações poderão ser eliminadas por termo de ajustamento de conduta (TAC) com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Para ter acesso ao benefício, terão que cumprir exigências, conforme prevê projeto (PLS 141/2013) de Vital do Rêgo (PMDB-PB) que será examinado hoje na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), sob relatoria de Lobão Filho (PMDB-MA).

O recurso ao TAC não será possível se as empresas tiverem cometido infrações

graves, sujeitas a sanções mais rigorosas do que multas. Também não pode ser usado se tiverem agido de má-fé e forem reincidentes.

O projeto estabelece punição para a prestadora à medida



Autor da proposta, Vital do Rêgo quer impor exigências às empresas

que ela adie a resolução do problema. Se esperar pela decisão da primeira instância nos processos administrativos, terá de recolher 20% do valor da multa fixada nessa etapa para poder aderir ao TAC. Se decidir formalizar o termo antes da decisão de primeira instância, ficará livre de eventuais compromissos adicionais para cessação da conduta irregular e reparação do dano aos consumidores.

Depois da análise na CCT, o projeto segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Novembro Azul

14h Hoje a sessão é não deliberativa, para discursos de senadores. Às 17h, haverá sessão solene do Congresso destinada a homenagear a Sociedade Brasileira de Urologia e o movimento Novembro Azul.

PRESIDÊNCIA Sessão solene

17h O senador Renan Calheiros preside sessão do Congresso para homenagear o movimento Novembro Azul e a Sociedade Brasileira de Urologia.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Abuso

9h O Conselho de Comunicação Social do Congresso delibera sobre revisão do sistema legal das comunicações e debate o abuso de poder de mercado pelos veículos de comunicação e os mecanismos para impedir a concentração, o monopólio e o oligopólio do setor.

CDH Fundos de pensão

10h Fundos de pensão e dignidade da pessoa humana em debate na Comissão de Direitos Humanos. A presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, Isa Musa de Noronha, é uma das convidadas.

CÓDIGO COMERCIAL Direito comercial

14h Reunião de trabalho da comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto do novo Código Comercial para ouvir a exposição dos professores Clovis Malcher e Marcelo Guedes Nunes, especialistas em direito comercial.

CI Satélite brasileiro

18h "O planejamento, lançamento e logística de operação de satélite brasileiro", tema do ciclo de debate sobre telecomunicações, será discutido na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

TERÇA

CMA Exploração em terras indígenas

8h30 Para discutir a exploração de riquezas naturais em terras indígenas e os meios para garantir a qualidade de vida dos povos, a Comissão de Meio Ambiente promove audiência com representantes da Funai de Tabatinga (AM) e de Belém.

CCT Amazônia Legal

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia analisa projeto que torna obrigatória a universalização de serviços de telecomunicações na Amazônia Legal e projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de serviços de radiodifusão.

CE Plano Nacional de Educação

9h Audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater o Plano Nacional de Educação.

DESENVOLVIMENTO URBANO Eleição

10h Instalação da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano e eleição de presidente e vice.

CAE Compensação de perdas

10h Projeto que disciplina a compensação das perdas dos estados com a redução das alíquotas interestaduais na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

CDH Comunidades tradicionais

10h A Comissão de Direitos Humanos promove audiência pública interativa para debater um marco legal para povos e comunidades tradicionais, como indígenas, ciganos, quilombolas, pantaneiros, de matriz africana, entre outros.

CÓDIGO PENAL Requerimentos

10h30 Apreciação de requerimento pelos integrantes da comissão de juristas que propõe reforma do Código Penal.

CAS Isonomia tributária

11h Impactos da isonomia tributária na aquisição de produtos para a saúde em debate na Comissão de Assuntos Sociais.

CMMC Cop-19

14h Audiência sobre reunião preparatória para a Cop-19, em Varsóvia, na Polônia. A Comissão sobre Mudanças Climáticas ouve o subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, José Antonio Marcondes de Carvalho.

CPI DA ESPIONAGEM Telefonía

14h A Comissão Parlamentar da Espionagem ouve representantes das empresas de telefonia móvel Claro, Tim, Oi e Vivo.

QUARTA

CI Lançamento da revista Em Discussão!

7h30 Comissão de Serviços de Infraestrutura debate segurança cibernética. Antes, lança a revista *Em Discussão!* sobre o tema "Mobilidade urbana". Após a audiência, sabatina de Carlos Fernando do Nascimento para diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

CAS Empregadores urbanos

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina projeto que institui o consórcio de empregadores urbanos.

CDR Dívidas de agricultores

9h Na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, projeto que estabelece novos limites para remissão e renegociação de dívidas dos agricultores do Nordeste, contratadas com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste.

CCJ Custos de campanhas eleitorais

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota substitutivo a projeto que altera lei para diminuir o custo das campanhas eleitorais. Outra proposta trata da reintegração no emprego dos funcionários da Caixa Econômica Federal.

SEGURANÇA PÚBLICA Audiência

14h30 "Financiamento da segurança pública" é tema de audiência pública da comissão encarregada de discutir o assunto. A comissão ouve, entre outros, o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski.

QUINTA

DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS Greve

11h30 Reunião da comissão de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais para examinar o relatório sobre o direito de greve no serviço público.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Três emendas constitucionais estão na pauta

Plenário se prepara para votar nesta semana o orçamento impositivo, o fim do voto secreto e o confisco de propriedades onde haja trabalho escravo ou tráfico de drogas

DUAS PROPOSTAS DE emenda à Constituição — a do orçamento impositivo e a que acaba com todo tipo de voto secreto no Legislativo — devem ser votadas a partir de amanhã pelo Plenário do Senado. O anúncio das votações foi feito quarta-feira pelo presidente da Casa, Renan Calheiros.

A PEC do Orçamento Impositivo (PEC 22 A/2000) foi apresentada pelo então senador Antonio Carlos Magalhães. O texto, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), prevê que a União ficará obrigada a liberar o dinheiro para execução das emendas dos parlamentares ao Orçamento da União, até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL).

A proposta também cria uma fonte de financiamento estável para a saúde pública, uma vez que 50% das emendas parlamentares ao Orçamento serão destinadas ao setor. A



Senadores não chegam a acordo e votação da PEC do fim do voto secreto em todo o Poder Legislativo é adiada

expectativa é de que essa PEC seja votada, pelo menos em primeiro turno, amanhã.

Na quarta-feira, os senadores devem examinar a PEC 43/2013, que acaba com todo tipo de votação secreta nas duas Casas do Congresso, nas assembleias legislativas estaduais, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e

nas câmaras municipais.

Essa sessão deve ser mais polêmica, a julgar pelos debates da quarta-feira passada, quando, a pedido do líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), que solicitou mais tempo para analisar a PEC, a votação foi adiada.

O líder tucano considera o fim do voto secreto no Poder

Legislativo um “verdadeiro suicídio institucional”. Walter Pinheiro (PT-BA), por sua vez, afirmou que a bancada do Partido dos Trabalhadores apoia “integralmente a questão do voto aberto em todas as circunstâncias no Parlamento brasileiro”.

O relator da proposta na CCJ, Sérgio Souza (PMDB-PR),

admite que falta unanimidade com relação ao voto aberto, mas defende que a PEC seja votada o quanto antes, lamentando o adiamento.

Trabalho escravo

Os senadores também podem votar nesta semana a PEC 57A/1999, que pune quem explora trabalho escravo. Segundo a proposta, comete o crime quem força outra pessoa a trabalhar mediante coação ou restrição de liberdade, quem obriga o trabalhador a uma jornada exaustiva, em condições degradantes, ou dificulta a locomoção em razão de dívidas. A punição é a expropriação da área, tanto rural quanto urbana, para fins de reforma agrária ou para programas habitacionais.

Também deve ser votado o Projeto de Lei do Senado 432/2013, que regulamenta a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde for encontrado trabalho escravo.

Projeto prevê compensação a estados pelas perdas do ICMS

A discussão da reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) será retomada amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que vai examinar projeto de Paulo Bauer (PSDB-SC) sobre compensação das perdas dos estados com a redução das alíquotas interestaduais. A votação, que seria na semana passada, foi adiada para consolidar proposta

que contemple pedidos de União, estados e municípios. A redução está prevista no PRS 1/2013, aprovado pela CAE e ainda não votado pelo Plenário.

O projeto de Bauer reproduz os termos da Medida Provisória 599/2012, que instituiu o Fundo de Compensação de Receitas (FCR), porque houve muitas críticas sobre o uso de uma MP para assunto com impacto nos próximos 20 anos.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), apresentou substitutivo reproduzindo a parte da MP que institui o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), com as seguintes proporções entre recursos: nos primeiros cinco anos, 75% de financeiros e 25% de orçamentários. Nos cinco anos seguintes, 65% de recursos financeiros e 35% de orçamentários. Nos últimos

dez anos de vigência do FDR, a fração dos recursos orçamentários aumenta para 40%.

Quanto ao FCR, o projeto prevê a transferência de 75% dos recursos da compensação aos estados e 25% aos municípios. Os valores da compensação serão calculados com base nos resultados apurados na balança interestadual. As transferências terão caráter obrigatório, por 20 anos.

O relatório também prevê que o FCR começa com R\$ 3 bilhões, em 2014. Depois o valor será determinado pela soma das perdas constatadas.

O projeto condiciona a ajuda financeira à vigência das novas alíquotas interestaduais, que serão reduzidas de 7% e 12%, no Sul e Sudeste, para 4% e 7%, com exceção dos produtos da Zona Franca de Manaus e dos gás natural, que continuam em 12%.

Senadores irão à fronteira com Venezuela

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou que senadores do grupo Brasil-Venezuela viajarão nesta semana para conferir os conflitos envolvendo áreas não edificáveis nas cidades gêmeas de Pacaraima (RR) e Santa Elena de Uai-rén (Venezuela). Cidades gêmeas são aquelas em que o território do município faz limite com o país vizinho e a sede se localiza no limite internacional. Uma decisão judicial está impondo que uma faixa de 30 metros de cada lado da fronteira permaneça sem construções. Para isso, poderão ser demolidos prédios públicos e residências.

O senador contou que o Brasil tem 30 cidades gêmeas. Em algumas, como Santana do Livramento (RS) e Rivera, no Uguai, a divisão é apenas uma rua. Em Pacaraima, a decisão judicial coloca empecilhos até para a construção de obras de infraestrutura, segundo Mozarildo. O grupo que vai a Pacaraima, com Ângela Portela (PT-RR) e Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), além de Mozarildo, é originário da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

— Queremos um entendimento diplomático, para que o Norte não seja mais uma vez penalizado pela

localização geográfica. Tem que ser política de Estado — disse Mozarildo.

O senador cobrou a integração de Roraima com a Venezuela e dos estados do Norte e fronteira com o resto do Brasil. Mozarildo afirmou que até mesmo a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Banco da Amazônia (Basa), criado para diminuir as desigualdades dessa região, financiam empreendimentos nos estados do Pará, do Maranhão e de Mato Grosso, integrantes da Amazônia Legal, em detrimento dos demais estados.



Mozarildo quer solução diplomática para os conflitos de edificação nas cidades gêmeas

Licenciamento impede obra, diz Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) fez um apelo ao governo federal, na sexta-feira, por uma solução rápida para remover os entraves de licenciamento ambiental que impedem a continuidade das obras de reconstrução da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus.

Segundo o senador, as obras foram embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 2009, apesar de o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) ter encomendado estudos de impacto ambiental para autorizar os trabalhos.

— Tem que haver vontade política para resolver essas questões de licenciamento ou fazer parceria entre os ministérios. Não pode o Ministério dos Transportes ficar dependendo de o Ministério do Meio Ambiente autorizar uma obra — disse Gurgacz.

Para verificar as atuais condições da rodovia, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) irá ao local no dia 25, disse o senador. A intenção é reunir representantes do Ministério dos Transportes, Ibama, Dnit, dos governos de Rondônia e Amazonas, entre outras autoridades. O senador reforçou que

a BR-319 a é única via de escoamento da produção de Rondônia por estrada para Manaus e para Roraima. Gurgacz ressaltou que, com a rodovia recuperada, será possível levar os produtos agrícolas para mercados de Manaus com preço mais baixo.

— Parece que há dois governos: um que quer fazer e outro que não deixa acontecer. Quantas obras estão paralisadas por conta de falta de licenciamento ambiental? Parece que o meio ambiente não quer o desenvolvimento do nosso país. Está atravancando o desenvolvimento — afirmou.



Rodovia prejudicada é o único escoamento da produção de Rondônia, afirmou o senador

Qualificação dos trabalhadores do setor público vem crescendo

Janaína Araújo

O Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, assiste em 2013 ao surgimento de uma nova geração de profissionais, que vem mudando o perfil das repartições. Estudos mostram, por exemplo, que eles estão mais atentos à qualificação: em dez anos,

o número de funcionários com doutorado mais que dobrou, enquanto a proporção daqueles com apenas o ensino fundamental caiu de 8,8% para 3,9%.

Esse é um dos resultados da seleção por concurso que, se depender do Senado, terá regras ainda mais claras a partir de projeto de Rodrigo Rollemberg, em análise na

Câmara dos Deputados.

Uma mudança cultural também começa a despontar: enquanto os jovens ocupam cada vez mais vagas, as mulheres já são maioria. E, surpresa, a proporção de servidores em relação ao total de trabalhadores no Brasil é menor que em outros países e o número de vagas tem crescido menos que o do setor privado.

Estudo constata aumento da escolaridade nos últimos dez anos

Antônio Nicolau Tolentino foi um empregado do segundo escalão da burocracia imperial à época de dom Pedro II que abriu caminho pelo esforço pessoal e mérito, começando como uma espécie de contínuo e chegando a postos elevados, como o de presidente da província mais importante do Império, o Rio de Janeiro. Teve ainda uma longa carreira no Tesouro e atuação decisiva na Caixa Econômica, da qual foi um dos fundadores e, durante muitos anos, presidente.

O histórico desse personagem real do livro Um funcionário da Monarquia, do crítico literário Antonio Candido de Mello e Souza, remete à figura do servidor público que dedica toda a vida à administração pública. Ao narrar a história do avô de sua mãe, o autor ressalta as qualidades de um trabalhador de instituições públicas, afirmando que Tolentino era um funcionário público com real vocação para a carreira, tendo atuado à sombra do duque de Caxias, do visconde do Rio Branco e do marquês de Olinda. “Era burocrata consciente, que desejava melhorar o

serviço público para fazer funcionar o sistema com eficiência e justiça”, relata.

Mas qual será o perfil do servidor público na atualidade? A crítica que reduz servidores competentes na administração pública brasileira a uma minoria é justa? Como avaliar a competência dessa categoria? Os números de um estudo recente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) demonstram que a qualificação dos trabalhadores do setor público vem crescendo. Segundo o levantamento — que analisou dados do funcionalismo público federal de dezembro de 2002 e de 2012 —, entre os servidores civis ativos do Poder Executivo, que correspondem a 57% do total, subiu de 42,3% para 45,9% o percentual daqueles que possuem nível superior.

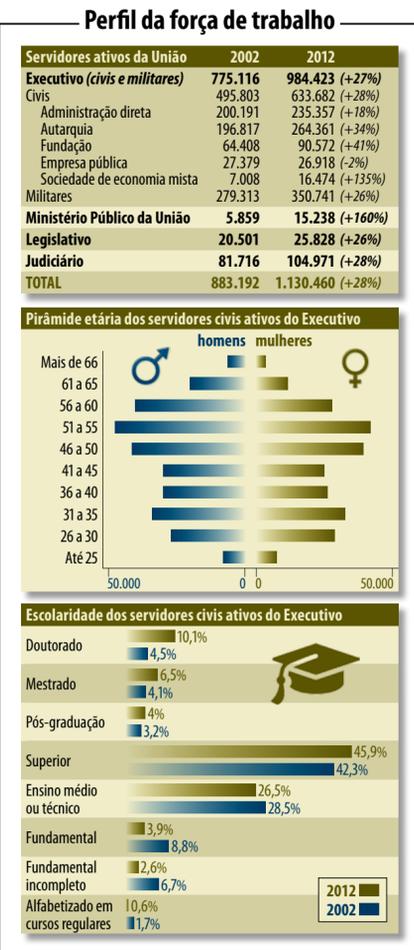
Com doutorado, o crescimento foi de 4,5% para 10,1%, e, com mestrado, de 4,1% para 6,5%. Em 2002, os servidores de nível fundamental somavam 8,8% do Executivo, mas caíram para 3,9% em 2012.

O estudo da Enap aponta um crescimento de 28% no número de servidores federais. No entanto, um período maior — entre

1988 e 2012 — revela uma queda nos números da força de trabalho do Poder Executivo, que variou de 700 mil pessoas para cerca de 577 mil. Um outro documento, o Comunicado 110 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), abrange o período de 1991 a 2010 e atesta que não houve variação na proporção do PIB gasto com a folha salarial das três esferas de governo.

O Ipea ressalta ainda que o perfil dos ocupantes de cargos na administração pública modificou-se, pois o grau de escolarização e a presença feminina aumentaram e houve maior substituição de pessoal terceirizado por servidores admitidos por concurso entre 2003 e 2010. Sobre esse período, outra conclusão do instituto é que o setor privado aumentou em 58,6% as vagas enquanto União, estados e municípios ampliaram em 30,2% os postos de trabalho, tendo sido a esfera municipal — e não o serviço público federal — a responsável pelo maior número de contratações.

A integra do estudo da Enap pode ser acessada em <http://bit.ly/EnapServidores>



Fonte: Escola Nacional de Administração Pública

Constituição federal determina criação das escolas de governo

Também os órgãos públicos têm investido cada vez mais na qualificação dos quadros de pessoal. No Senado, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB/ Interlegis) dedica-se não apenas à formação do quadro de servidores da Casa, mas também ao apoio às Casas legislativas de estados e municípios, oferecendo cursos presenciais e a distância em nível de graduação, extensão e pós-graduação.

Na semana passada, o ILB sediou o 22º Encontro

Nacional da Associação das Escolas da Legislativo e de Contas (Abel), com mais de cem escolas de governo, que reivindicam maior profissionalização e institucionalização de sua atuação, visando a atender os mais de 250 mil servidores das Casas legislativas e tribunais de contas.

Durante o evento, foi anunciada a realização de uma pesquisa pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que pretende traçar o perfil das escolas de todo o país.

A direção do ILB/Interlegis propõe que esse estudo subsidie a elaboração de um projeto de lei para regulamentar a implantação e o funcionamento das escolas de governo, previstas na Emenda Constitucional 19, de 1998.

A Constituição federal determina que a União, os estados e o Distrito Federal mantenham escolas de formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos, inclusive vinculando promoções na carreira à participação nos cursos.

Texto obriga comunicar greve 15 dias antes

O direito a greve dos servidores públicos — previsto na Constituição desde 1988 — ainda precisa de regulamentação. Na quinta, pode ser votado o relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) ao projeto que está em debate na comissão de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais.

A proposta cria mecanismos de negociação entre servidores e governo e define critérios para manutenção de

serviços básicos. Além disso, obriga os sindicatos a comunicarem à população com 15 dias de antecedência à greve o atendimento alternativo que será oferecido.



Para Jucá, proposta atende servidores, governo e população

Seleção por concurso trouxe excelência ao corpo funcional

O concurso público, estabelecido definitivamente como regra para contratação pela Constituição de 1988, vem mudando o perfil do funcionalismo. Dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) indicam que 40% dos aprovados em concurso têm entre 18 e 30 anos, 20% estão na faixa de 31 a 49 anos e 40% são maiores de 50 anos. No Executivo, o percentual de servidores civis ativos de 21 a 30 anos de idade cresceu de 5,2% em 2001 para 12,5% em 2011. Do total, hoje, 55% são mulheres e 45% são homens.

O professor Wilson Granjeiro, que trabalha há 26 anos em Brasília na preparação de pessoas que desejam ingressar no serviço público, afirma que, por volta de 1995, começou a acontecer uma mudança de valores na cultura do servidor, passando ele a buscar um perfil de “servidor do público”, e não somente de um funcionário público apegado a antigos rituais



Candidatos fazem prova de concurso público em Várzea Grande (MT): forma de seleção já está consagrada e permitiu formação de quadros de excelência em órgãos públicos

burocráticos e considera o um “barnabé”. Segundo o professor, “está havendo uma mudança cultural, que deve ainda levar uma geração e meia para ser notada efetivamente”.

— Estamos evoluindo para um conceito de administração pública gerencial, menos burocrática, com diminuição dos

ranços do Brasil imperial. Nos nossos cursos, os professores demoram não somente nos conteúdos técnicos necessários para que o servidor cumpra seu dever, mas também na exposição de valores, do código de ética e de princípios de moralidade que devem nortear a administração pública —

explica Granjeiro. Segundo o professor, já está claro, para a sociedade e especialistas de diversas áreas técnicas, a excelência do corpo de servidores de órgãos como Polícia Federal, Banco Central, Ministério Público e Receita Federal. Ainda que algum ranço de outros modelos no

perfil de servidor público persista, analisa Granjeiro, a mudança ainda avançará, pois ela não é apenas estrutural, e sim cultural, o que leva normalmente algum tempo. Ele relata que é importante a vocação e a afinidade que o servidor tem com a função dele e que essa questão vem sendo despertada

nas pessoas que buscam se preparar e estão escolhendo a carreira a seguir no setor público.

— Estamos vivendo uma mudança a partir da Constituição de 88 e da Emenda Constitucional 19, que trata da estabilidade e do estágio probatório no serviço público — avalia o professor.

Carta de 1934 já previa provas para ingresso

Criado para selecionar os candidatos mais capacitados e garantir o princípio da isonomia nas contratações de pessoal pela administração pública, o concurso público está previsto constitucionalmente desde a Carta de 1934, mas somente para juizes, alguns membros do Ministério Público e para cargos do magistério oficial. No entanto, a determinação que se repetiu nas Constituições posteriores, de que somente o primeiro provimento dos cargos de carreira seria feito por concurso público, permitindo assim a livre nomeação para cargos isolados e a ascensão funcional por concursos internos, enfraquecia a figura do concurso público.

A Constituição de 1988, avalia o consultor legislativo Gilberto Guerzoni, foi o momento favorável para a norma do concurso público, tornando a burla mais difícil. “O concurso público se estabeleceu de forma plena em 1988”, diz ele, ao explicar que as

tentativas de contratação de servidores sem concurso público são coibidas, por exemplo, quando o Supremo Tribunal Federal determina claramente que cargos em comissão não podem ser criados para funções permanentes, mas somente para direção, chefia e assessoramento.

— O desafio atual é identificar o desvirtuamento de alguns cargos terceirizados e de confiança, principalmente quando encontrados proporcionalmente em maior número como é o caso do Poder Legislativo, onde muitas vezes é difícil distinguir em que nível está o grau técnico e permanente da função — ressalta o consultor.

Guerzoni considera que hoje não existe nada melhor para a contratação de servidores que o concurso, mas, ressalta, “os problemas da gestão de pessoal na administração pública são complexos e não há solução fácil para eles”.

Senado já aprovou proposta com regras para concursos

Enviado em julho para análise da Câmara dos Deputados, um substitutivo do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ao projeto de lei do Senado (PLS) 74/2010, que cria regras para os concursos públicos, foi aprovado em decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Rollemberg defende regras claras para garantir, por exemplo, que os candidatos sejam chamados durante o prazo de validade do concurso e dentro do número de vagas oferecidas. O senador também é contra concursos públicos somente para cadastro de reserva.

— Havia uma fábrica de fazer dinheiro com a realização de concursos somente para essa finalidade — apontou Rollemberg, que considera importante ainda um período mínimo de 90 dias entre o edital e a aplicação da prova para que os concursandos tenham tempo de se preparar. Para o senador, o



Rollemberg: país desenvolvido tem servidores qualificados

concurso é o meio mais eficiente e legítimo para selecionar os melhores quadros para o serviço público e a proposta aprovada no Senado dá tranquilidade e segurança jurídica tanto para a administração pública quanto para as pessoas que estão se preparando para entrar no setor. Ele ressalta que o perfil do servidor público atual é de jovens qualificados e interessados em se especializar cada vez mais.

— É preciso que os órgãos públicos aproveitem essa renovação de seus quadros e todo o potencial de seus trabalhadores — observou Rollemberg.

Sem orçamento, servidores nos EUA ficam em casa

Na primeira quinzena de outubro, o mundo acompanhou a disputa no Congresso dos Estados Unidos, que levou à paralisação da maioria dos serviços públicos federais do país, deixando em casa 800 mil funcionários, vários deles sem salário ou com vencimentos atrasados. Parques nacionais, museus e locais de visitação pública não puderam ser abertos devido à falta de acordo para aprovar a elevação do teto da dívida pública do país e permitir que a administração pública funcionasse.

Segundo o jornal *Washington Post*, o encerramento parcial das agências federais custou cerca de 200 milhões de dólares por dia somente na região de Washington, que tem a maior concentração de funcionários públicos federais do país. No dia 16, foi votado projeto que acabou com o impasse fiscal, após o fracasso da tentativa do partido republicano de condicionar o aumento do teto da dívida e a aprovação do orçamento de 2014 à revisão pelo governo do polêmico sistema de saúde americano, o ObamaCare.



Impasse no Congresso dos EUA suspendeu trabalho de servidores

Juiz sugere ações para valorização da imagem

William Douglas, juiz federal, professor universitário, membro da Associação Nacional de Defesa e Apoio aos Concurseiros e autor de livros preparatórios para concursos, tem um site para valorização dos servidores públicos. No www.revolucao.info, os servidores são convidados a “se alistar” e seguir cinco compromissos para mudar a imagem negativa do funcionalismo público.

Ser um bom servidor, fazendo o que se espera que seja feito por um trabalhador da área é o primeiro passo. Em segundo lugar, enumera o juiz, é preciso tratar o público com educação e respeito, vendo-o como patrão que é. Aumentar a produtividade diária, fazendo as tarefas de um jeito melhor, mais rápido e mais barato para a população e o país, é a regra que vem em terceiro lugar, seguida pela indicação de tomar iniciativa no trabalho e de ser honesto, não participando de atos de corrupção.

Funcionalismo nos países ricos é grande

De acordo com o Ipea, 10,7% das pessoas ocupadas no Brasil são servidores de administração direta, indireta e empresas estatais. Em países como Dinamarca, Suécia, França e Estados Unidos, o percentual é de 39,2%, 30,9%, 24,9% e 14,8%, respectivamente. Essa análise comparativa do número de postos de trabalho públicos proporcional ao total de trabalhadores nos países é uma das respostas para a crítica de inchaço da máquina pública brasileira. O governo federal tenta ainda combater outra questão polêmica: o excesso de nomeações políticas sem concurso público. O Decreto 5.497/2005 limita a nomeação de pessoas não aprovadas em concurso público a, no máximo, 25% dos cargos de confiança, que variam de R\$ 2.152,46 a R\$ 4.247,06.

Audiência interativa discute fundos de pensão

Tema do debate será a relação entre os fundos de pensão e a dignidade das pessoas. Paulo Paim quer tratar da resolução sobre fim do patrocínio do empregador às entidades de previdência complementar

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate hoje, a partir das 10h, a relação entre os fundos de pensão e a dignidade das pessoas. A sociedade poderá participar da discussão pelo Portal e-Cidadania. Um dos temas da audiência pública, proposta por Paulo Paim (PT-RS), deve ser a Resolução 11, de 13 de maio de 2013. A resolução, expedida pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar

(CNPCC), disciplina o fim do patrocínio do empregador às entidades fechadas de previdência complementar.

Entre as novas regras, está a que determina que a retirada de patrocínio de um fundo de pensão só poderá acontecer após a autorização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Além disso, a patrocinadora deve pagar todas as dívidas, além de cobrir parte delas em casos de déficits.

Foram convidados para o debate na CDH a presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, Isa Musa de Noronha; o presidente da Fundação dos Economistas Federais (Funcef), Carlos Alberto Caser; o diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), José Maria Rabelo; o diretor jurídico da Federação

Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petros e Petros (Fenaspe), Paulo Teixeira Brandão; e o assessor Jurídico do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros, Rogério José Pereira Derbly.

Presidida por Ana Rita (PT-ES), a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vai abrir canais para possibilitar a participação interativa das pessoas interessadas no tema (veja abaixo).

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDHFundosDePensao>

▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania

▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)

▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania) (hashtags #CDH #Previdencia)

▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/notasFundosDePensao>

▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

▶ **Alô Senado:** 0800 612211



Paulo Paim é o autor da proposta de audiência sobre fundos de pensão

Debate aborda direitos dos povos tradicionais

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove amanhã, a partir das 10h, audiência pública interativa com o objetivo de debater um marco legal para povos e comunidades tradicionais, como indígenas, ciganos,

quilombolas, pantaneiros, de matriz africana, entre outros.

Vão participar dois representantes dos povos ciganos, Alessandro Castilho e Maura Piemonte; a representante das comunidades quilombolas, Dione Martins de Jesus; a representante das comunidades pantaneiras, Cláudia Pinho; e três representantes de religiões de matriz africana: o babalorixá (sacerdote) do povo iorubá Júlio Braga, a kota (sacerdotisa) do povo bantu Regina Nogueira e o ogã (sacerdote) do povo jeje Edvaldo Conceição.

Também foram convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente,

da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Qualquer pessoa pode participar com perguntas, sugestões ou opiniões (veja abaixo).

PARTICIPE AMANHÃ ÀS 10h

▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDHpovos>

▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania

▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)

▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania) (hashtags #CDH #PovosTradicionais)

▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

▶ **Alô Senado:** 0800 612211



Senadora Ana Rita preside a Comissão de Direitos Humanos

EXPLORAÇÃO DE RIQUEZAS EM TERRAS INDÍGENAS ESTÁ NA PAUTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

A exploração de riquezas naturais em terras indígenas, como minérios e madeira, e os meios necessários para assegurar a biodiversidade, a sustentabilidade e a qualidade

de vida dos povos nativos serão tema de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) amanhã. Para o debate,

foram convidados Valdir Gonçalves e José Nazareno Moraes, técnicos indigenistas da Fundação Nacional do Índio (Funai) que atuam em Tabatinga (AM) e Belém.

Inclusão de alunos especiais terá destaque em debate amanhã

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne amanhã às 9h para a sexta audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012).

Entre os convidados, estão o vice-governador e secretário de Educação do Paraná, Flávio Arns; a diretora de Políticas Educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), Patrícia Luiza Ferreira Rezende; o vice-presidente da Federação Nacional das Apaes (Apaes Brasil), José Turrozi; a secretária de Educação Continuada, Alfabetização,



Relator do PNE, Alvaro Dias recolhe sugestões a cada audiência

Diversidade e Inclusão do MEC, Macaé Maria Evaristo dos Santos; e representantes do Ministério Público de São Paulo e de escolas públicas de Brasília e de Santa Catarina.

Comissão analisa isenção para produtos médico-hospitalares

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove audiência pública amanhã, às 11h, para discutir os impactos da isonomia tributária na aquisição de produtos para a saúde.

De acordo com Ana Amélia (PP-RS), autora do requerimento para a audiência, a reunião foi solicitada por representantes da indústria nacional de equipamentos médico-hospitalares. Segundo a senadora, os empresários alegam que a isenção tributária para produtos estrangeiros cria uma enorme distorção tributária, causando o aniquilamento de



Ana Amélia propõe discussão sobre isonomia para indústria nacional

alguns produtos da indústria nacional. Por isso, conforme explicou, para que a indústria brasileira do setor se torne competitiva, seria necessária a isonomia fiscal.

CPI da Espionagem ouve empresas de telefonia móvel

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Espionagem promove audiência pública amanhã, às 14h, para ouvir representantes das maiores empresas de telefonia móvel que operam no Brasil: Claro, TIM, Oi e Vivo.

Vão participar da audiência pública o diretor de Operação e Manutenção de Redes da Vivo, Ari Sergio Perri Falarini; o diretor de Segurança de Informação da TIM, Nelson de Sá; o diretor de Redes e Engenharia da Claro, Ivan Campagnolli; e o diretor de Relações Institucionais da



Ferraço quer saber se empresas têm acordo de fornecimento de informações

Oi, Marcos Augusto Mesquita Coelho.

A audiência foi solicitada pelo relator da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Pedro Simon avaliou que manifestações de rua perderam o apoio da sociedade desde a invasão dos *black blocs*; Pedro Taques espera que mudanças no Código Penal ajudem

Senadores esperam que *black blocs* sejam coibidos

EM PRONUNCIAMENTO NA sexta-feira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse acreditar que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, cumprirá a orientação da presidente da República, Dilma Rousseff, de coibir a ação dos manifestantes mascarados conhecidos como *black blocs*.

Simon comparou o vandalismo dos *black blocs* com os terroristas da Al-Qaeda, que provocaram a queda das torres gêmeas de Nova York, em 11 de setembro de 2001, após sequestrarem dois aviões comerciais. Ele afirmou que fato semelhante poderia ter acontecido, em São Paulo, na segunda-feira da semana passada, quando um grupo bloqueou a saída norte da Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Minas Gerais, invadiu veículos parados no trânsito, queimou ônibus e caminhões e dirigiu perigosamente um caminhão-tanque, carregado com 30 mil litros de combustível.

— Quantas mortes, quantos

incêndios, quanto vandalismo e quanta destruição ainda precisamos aguardar para que se adotem as medidas necessárias para conter a onda de violência crescente que domina nossas rodovias, avenidas, praças e noticiários de TV? — indagou.

Intrigado com a passividade da polícia diante do vandalismo dos mascarados, Simon disse que alguns atribuem ao governo a passividade diante do grupo para esvaziar as manifestações de rua, que perderam o apoio da sociedade, na opinião do senador, desde que os *black blocs* invadiram as ruas.

— Surpreendentemente, a polícia do governo deixa esses absurdos acontecerem. Dizem alguns: deixa esses absurdos acontecerem porque, se não fosse essa loucura desses mascarados fazendo o que estão fazendo na rua, os jovens estariam na rua, discutindo a Petrobras, discutindo o Banco do Brasil e discutindo tantas outras coisas — afirmou.

Para o senador, o Congresso

Nacional, por si só, não conseguirá realizar a reforma política, a reforma tributária e outras mudanças se não for pressionado pelas manifestações populares, como aconteceu com a Lei da Ficha Limpa e com o mensalão.

Legislação atual

As leis atuais já garantem punição a baderneiros que possam se infiltrar nas manifestações de rua, mas falta aplicá-las na prática. A afirmação foi feita em entrevista à Rádio Senado, na sexta-feira, pelo senador Pedro Taques (PDT-MT), relator da proposta de reforma do Código Penal em discussão no Senado.

Taques defendeu o respeito ao direito constitucional de livre manifestação, mas condenou aqueles que “desejam badernar e violar as leis”.

Ele explicou que, apesar de já existirem instrumentos legais para reprimir essas práticas, algumas mudanças no Código Penal podem ajudar. O assunto



Para Simon, sem pressão popular, as mudanças não ocorrem no Congresso



Taques acredita que atual legislação penal pode punir vandalismo

vem sendo discutido na comissão que estuda alterações no código, desde 2012, mesmo antes das manifestações deste ano. Uma delas, segundo o parlamentar, aumenta a pena para o crime de dano ao patrimônio público.

— Porque o patrimônio público não é coisa de ninguém, é uma coisa que pertence a todos nós, daí república: a coisa é pública — enfatizou o senador.

Conforme o artigo 163 do Código Penal, a pena para quem destrói, inutiliza ou deteriora “coisa alheia” é a detenção de um a seis meses, ou multa. O dano será qualificado se o crime for cometido contra o patrimônio da União, estado, município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista. Nesses casos, a detenção será de seis meses a três anos e multa, além da pena correspondente à violência.

Na reforma do Código Penal, os atos de vandalismo, inclusive por motivos políticos ou ideológicos, estão incluídos na parte dos “crimes contra a paz pública” e tipificados como terrorismo.

Caso o projeto seja aprovado, poderá receber pena de 8 a 15 anos de prisão, além das sanções correspondentes à violência, grave ameaça ou dano, quem “incendiar, depredar, saquear, explodir ou invadir qualquer bem público ou privado” ou “sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com grave ameaça ou violência a pessoas, do controle, total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meios de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações de geração ou transmissão de energia e instalações militares”.



Mascarados, os manifestantes conhecidos como *black blocs* provocam destruição de bens públicos nas ações do grupo

Requião usa ditados para mostrar contradições do governo

Ao discursar no Plenário na quinta-feira, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) fez uma analogia entre ditados e citações populares e episódios recentes da política, da economia e da sociedade brasileira. Requião esclareceu que usou como base para o discurso as pesquisas do folclorista Câmara Cascudo.

Segundo Requião, o primeiro ditado, “fazer ouvidos de mercador”, mudou com o tempo, sofrendo “uma corruptela”, pois, na origem, se referia ao marcador — carrasco que marcava a ferro o escravo, sem atender os gritos do marcado. Aplicando a citação, o senador lembrou que, nas últimas semanas, houve muitos protestos contra o leilão do campo de petróleo de Libra e, mesmo assim, o leilão foi realizado.

— Mesmo com tanta manifestação, o governo “fez

ouvidos de mercador”, continuando a ferrar os interesses nacionais — disse Requião.

O senador lembrou que chegou a apresentar um projeto de decreto legislativo pedindo a suspensão da licitação do Campo de Libra. Mas o projeto ficou “passando de comissão a comissão”, até o leilão ser realizado, relegando o Senado, de acordo com Requião, à condição de uma “maria vai com as outras”. “Da montanha, pariu-se um rato”, acrescentou, referindo-se ao fato de, apesar da grande expectativa em torno da disputa por Libra, apenas um grupo empresarial ter participado do leilão.

Requião lembrou que, na campanha presidencial de 2010, a então candidata Dilma Rousseff, do PT, criticou o candidato José Serra, do PSDB, por ser “privatista”. Mas, no poder, o PT privatizou os

portos, os aeroportos e até o petróleo. Para o senador, “o pomo da discórdia” é saber quem privatizou mais: tucanos ou petistas.

— Petistas e seus aliados, supostamente de esquerda, são “farinha do mesmo saco”



Roberto Requião: governo Dilma vem “tapando o sol com a peneira”

que tucanos e seus aliados, supostamente de direita — disse.

O câmbio sobrevalorizado, os poucos investimentos, os governos estaduais falidos e a alta da inflação são evidências, segundo Requião, da atual fragilidade da economia brasileira. Mesmo assim, prosseguiu, o governo federal está vendo “passarinho verde”, afastado da “dura realidade das coisas”. Para ele, Dilma e equipe “ficam pensando na morte da bezerra”, expressão que ele traduziu como “estar alheio a tudo e deixar a vida passar sem reagir”. Na opinião do senador paranaense, a política econômica da presidente Dilma Rousseff “já deu para o gasto” e não tem sido capaz de enfrentar a contento a crise mundial.

Requião chegou a questionar se o Congresso não passa de um “elefante branco”,

diante das imposições feitas pelo Executivo por meio de medidas provisórias. Para o parlamentar, aprovar a independência do Banco Central é como deixar “a raposa para cuidar das galinhas”. Requião reconheceu as conquistas sociais e econômicas dos últimos anos, mas disse que o país pode perder tudo de uma vez se o governo continuar “tapando o sol com a peneira”.

Ele afirmou ainda que o governo sempre destaca os avanços no salário mínimo e os efeitos positivos de programas como o Bolsa Família e o Prouni quando recebe alguma crítica, mas não se dá conta das situações que exigem mudanças de rumos.

— Repetir isso a toda crítica que se faça é transformar os avanços em “nhém nhém” ou “conversa pra boi dormir” — observou o senador.

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Emenda Constitucional 75 | PEC da Música



Secom | Criação e Marketing

Um tributo aos artistas brasileiros

O Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional 75, que estabelece imunidade de impostos para a produção de CDs e DVDs de artistas brasileiros. Com a mudança no tributo, o Congresso garante a redução dos custos de produção ao mesmo tempo em que amplia o combate à pirataria.

É o Congresso Nacional valorizando quem faz o Brasil cantar.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei

